



**Governo do Estado de São Paulo**  
Controladoria Geral do Estado  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público



**Despacho**

**Assunto:** DECISÃO CGE-CODUSP/LAI 00152/2023

**Número de referência:** CGE-PRC-2023/00203 - PROTOCOLO SIC Nº [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria Estadual da Fazenda e Planejamento

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Pedido de acesso ao Expediente/Processo GDOC/SEFAZ-23670-312619/2019. Razões da impossibilidade imediata de acesso apontadas. Indicação do órgão que detém a informação. Provimento negado.

**DECISÃO CGE-CODUSP/LAI Nº 00152/2023**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria Estadual da Fazenda e Planejamento, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta o órgão informou o local onde o documento se encontra e forneceu o respectivo endereço digital para contato. Em recurso o órgão fez esclarecimentos complementares e explicou que: *"cabe o contato diretamente com o DRHGP que por meios próprios pode certificar a legitimidade do requerente"*. Insatisfeito, o solicitante apresentou o presente apelo revisional a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. No caso concreto em análise, verifica-se que o ente esclareceu que o solicitante precisa identificar-se junto ao órgão a fim de que seja concedido o acesso à informação pretendida, pois o documento solicitado contém informações pessoais que são protegidas pelo disposto no artigo 31 da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de acesso à Informação (LAI) e possui acesso restrito.
4. Considerando que o ente justificou a impossibilidade de conceder o acesso imediato às informações e indicou onde os documentos solicitados pelo interessado podem ser obtidos, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego provimento**, com fundamento no artigo 11, § 1º, II e III, da referida Lei nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com redação dada pelo Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015, alterado pelo aludido Decreto 66.850/2022.
5. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 02 de maio de 2023.

Classif. documental

006.03.02.001

Assinado com senha por ANTONIO CARLOS SANTA IZABEL - 02/05/2023 às 14:44:00.

CGEDES202304239A

SIGA

**Governo do Estado de São Paulo**  
Controladoria Geral do Estado  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

Antonio Carlos Santa Izabel  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

CGEDES202304239A